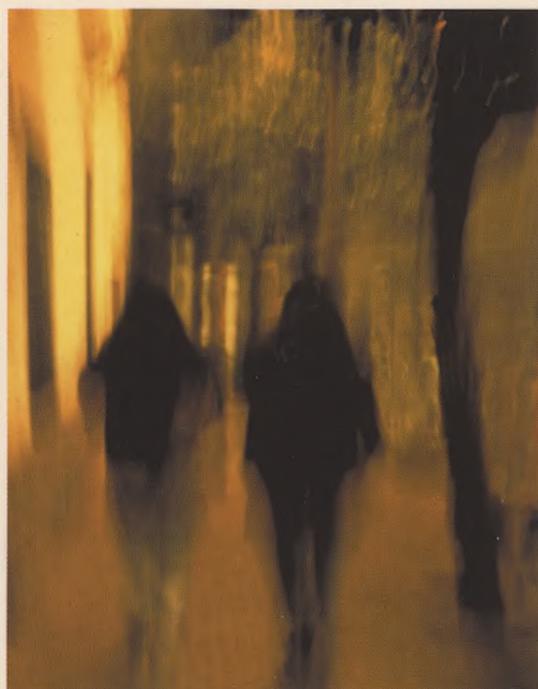


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E VERDADE(S)

VOLUME 23, 2002

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DUAS "VERDADES" Salazar e Afonso Costa**

A memória de Leopoldo Collor Jobim, meu primeiro orientando brasileiro, cuja morte prematura não possibilitou que concluisse o doutoramento, e à sua mãe, a Embaixatriz Senhora D. Lígia Collor Jobim, que me ofereceu um dia, no Rio de Janeiro, A verdade sobre Salazar.

1. História e verdades(s)

A ideia de modernidade traz consigo, como se sabe, a noção de ciência como um conhecimento de absoluto rigor — de "absolutismo intelectual" —, com a certeza de se poder alcançar a Verdade⁽¹⁾.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20).

** Este artigo resulta do texto que foi elaborado para apresentar nas IV Jornadas Históricas de Seia, realizadas em 14 a 16 de Novembro de 2001, sobre o tema "A vida e obra de Afonso Costa". Agradeço aqui à Dr.^a Filomena Correia de Carvalho que há vários anos vem organizando estas jornadas, em que por vezes tenho colaborado, com uma notável eficiência e amor à cultura científica. Devo, em parte, ao seu estímulo a elaboração deste texto.

(b Para não citar outras obras mais antigas em que este tema é constantemente abordado — entre elas o clássico livro de Adam Schaff, *História e Verdade* (tradução portuguesa da edição francesa, Lisboa Estampa, 1977), que, de algum modo, inspirou o título deste volume da *Revista de História das Ideias* — cite-se o mais recente livro, de Joyce Appleby, Lynn Hunt

Nem a História nem a Filosofia foram afastadas desse movimento, que falava de uma metodologia rigorosa assumida pelo historiador "imparcial". Depois, a pós-modernidade — e, já antes, uma espécie de "tradicionalismo moderno", anti-racionalista e bergsonianos — trouxe consigo a noção de relativismo e de subjectivismo, de um conhecimento sempre em constante revisão (de onde alguns perigosos "revisionismos"), tendendo a relegar outra vez a História para o domínio da narrativa e ligando-a de uma forma crítica, mas por vezes obsessiva, à ficção literária⁽²⁾.

Talvez isso explique não só a defesa demasiado impulsiva, mas também assumida com grande seriedade⁽³⁾, da "história política", por oposição à "história social", mas igualmente o regresso da "grande divulgação", da história feita por amadores em verdadeiros *best sellers* de grande influência nos leitores, da história contada no "espectáculo dos *media*" (nomeadamente a revista, a televisão e até o cinema), a identificação da memória histórica e, ainda mais, da fonte oral, com a História (daí falar-se — a meu ver, erroneamente — da "história oral"), a confusão entre o discurso sociológico, antropológico e até "filosófico" (ou pseudo filosófico — a chamada "engenharia teórica", como já lhe ouvimos chamar) com a história, a grande explosão da edição historiográfica, por vezes sem grandes critérios de rigor...

Entendamo-nos: a história tem naturalmente de assumir uma dimensão científica, embora utilize sempre uma escrita que, embora possa ser rigorosa e servida por interpretações de rigor — afastadas da noção da "história apologética" ou da "história tribunal" —, é sempre uma escrita mais ou menos literária. Por isso nos habituámos a chamar-lhe uma "literatura científica". Ao contrário do que por vezes se diz, a história não pode ser o domínio da "opinião" e do subjectivismo. E certo que o sujeito que "faz história", num processo

e Margaret Jacob, *Telling the truth about history*, Nova Iorque - Londres, W. W. Norton & Company, 1994.

⁽²⁾ Ver sobre o tema o volume da *Revista de Historia das Ideias* referente ao tema "Historia e Literatura", coordenado por Amadeu Carvalho Homem e José Pedro Paiva, Coimbra, vol. 21, 2000.

⁽³⁾ Ver M. Fátima Bonifácio, *Apologia da historia política: estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal, 1999.

de narrativa e de interpretação, não se anula, no tal processo de "neutralidade", tão falado noutros tempos. Mesmo a sua ideologia está presente, como está toda a série de conhecimentos e de vivências, que enriquecem o historiador e a história que ele "modela", num processo de "ficção científica". Mas também tem de imprimir ao seu conhecimento e à sua transmissão o carácter de objectividade, ou seja, de aproximação do conhecimento com o objecto, com a "realidade histórica", mesmo partindo do princípio que essa "realidade" é antes uma "representação da realidade" ou mesmo uma "representação de representações da realidade". E isso não exclui a reflexão teórica, que deve ser mais implícita do que explícita e que não deve, sobretudo, constituir uma obsessão, e muito menos não exclui o sentido crítico do historiador (crítico das fontes e da sua própria interpretação) e a problematização, da "realidade" e das interpretações dessa "realidade".

A Verdade, verdade total, é o domínio do ideologia e não o da ciência. Só os ideólogos se consideram senhores da Verdade e da Certeza. Se alguns historiadores alguma vez se deixaram atrair para essa noção, que surgiu mesmo em alguns títulos — *A verdadeira história de...* — o certo é que nessa altura deixaram de ter a noção de que a ciência, pelo seu rigor, tem poucas certezas e poucas verdades. Mas tem de possuir muitas "objectividades" que distinguem o seu trabalho dos simples amadores ou dos contadores de curiosidades históricas, objectividades resultantes da delimitação do tema em análise, da incessante procura das fontes, da sua observação e da sua interpretação "objectivas", que supõem o conhecimento dos textos e dos contextos.

As "verdades" de que vamos falar, como historiadores, dizem, naturalmente, respeito ao discurso ideológico de políticos. Não vamos tentar perceber em toda a profundidade a "realidade" ou as "realidades" a que se referem e, muito menos, "dar razão" ou infirmar os argumentos produzidos pelos seus contendores, mas entender a sua lógica, no contexto das suas ideias e dos condicionalismos de época. Vamos descrever os seus conceitos, as suas opiniões, as suas "verdades" e as suas "certezas". De Salazar, que as manteve, numa situação de Poder, até ao final dos anos sessenta do século passado, mesmo quando a situação histórica lhe era adversa, e que fez alguns dos seus seguidores dizerem que ele era o político que "nunca se

enganava"(4). De Afonso Costa, que pôde manter por pouco tempo as suas "verdades" e essas "certezas", numa situação adversa de oposição a um regime autoritário, pois era já então um político "vencido pela história" e porque a vida o venceria pouco depois, dado que a sua morte ocorreu em 1937 e fora de Portugal, em Paris, para onde se exilara nos anos vinte. Só o futuro poderia vir a confirmar alguma parte das suas "verdades".

2. A "verdade" e as "certezas" de Salazar

Já no final da sua carreira política, cerca de dois anos antes de ter caído da cadeira no forte de Santo António do Estoril, em 3 de Agosto de 1968, na sua última comemoração pública do 28 de Maio, o 40.º ano e em Braga, como não podia deixar de ser, no ambiente recatado da Biblioteca Pública, Salazar discursava. No meio do turbilhão das grandes crises internacionais e sobretudo da grande crise nacional, provocada especialmente pela "Guerra Colonial", ou pelas "Campanhas Ultramarinas" (na linguagem oficial do tempo), interrogava-se sobre a "verdade" e sobre as "certezas". Trata-se talvez do mais importante e significativo discurso do fim da sua vida política:

"Eu compreendo as dúvidas e hesitações. Vivemos um momento crítico da história do pensamento político e mais simplesmente um momento crítico da história do mundo. Tudo está em crise ou é sujeito a crítica — a moral, a religião, a liberdade dos homens, a organização social, a extensão intervencionista do Estado, os regimes económicos, a própria Nação e as vantagens da sua independência ou da sua integração com outras para a formação de grandes espaços económicos e políticos. Discute-se na Europa a própria noção de pátria. Revoluções como a soviética continuaram no domínio dos factos e da filosofia as revoluções que vinham detrás, da Reforma e da Revolução Francesa, e, como todos os grandes movimentos na posse da sua força inicial, têm tendência a alastrar e a dominar o mundo, envenenando-nos com visões e princípios que estão longe de executar em seus * 16

(4) Esta ideia parece ter sido afirmada pelo jornal belga *La Lanterne*, de 16 de Abril de 1952, mas foi normalmente afirmada pelos indefectivos seguidores da sua visão política (cf. Matos Gomes, *Política Externa de Salazar*, Porto, Edições Além, 1953, p. 264).

domínios de origem. Os espíritos mais puros inquietam-se, perturbam-se, não sabem como orientar-se e repetem angustiadamente a pergunta de Pilatos ao próprio Cristo: 'o que é a verdade?'

A dúvida em suas hesitações e desvairos não permite trabalho eficiente; o espírito humano precisa de aderir à verdade, precisa de certezas para se orientar e agir. Nenhum Estado pode existir sem basear-se nelas ou presumi-las definidas e aceites. Foi por isso que, ainda não tão largamente alastrada a crise actual, há precisamente trinta anos e nesta mesma cidade de Braga, eu senti a necessidade de proclamar ⁷as grandes certezas da Revolução Nacional⁷. Independentemente do que transcende a ordem natural, a desapaixonada observação dos factos e a experiência dos povos, através da sua vida milenária, revelam-nos algumas dessas certezas. Mas nós temos outro indicador para avaliar da sua justeza: os frutos produzidos na vida e progresso da Nação, isto é, se com os princípios que essas mesmas certezas traduziam pudemos criar entre nós a paz, pudemos organizar a vida social e nela prosperar. Porque o nosso movimento se afigura por vezes demasiado lento, muitos se perturbam com a acusação de imobilismo; mas uma coisa é o imobilismo na acção e outra a estabilidade das concepções políticas. A verdade é por essência imutável e a adesão do espírito à verdade, ou sejam as certezas do espírito, são essenciais ao progresso das sociedades humanas⁷⁷⁽⁵⁾.

Como se vê, Salazar, formalmente (ele diria "no plano dos princípios" e talvez "das estratégias do Poder"), continua a acreditar e a incitar a acreditarem na "Verdade", ou seja, na verdade do regime que liderava e de que protagonizara a criação. E, conforme ele sugeria neste discurso, anos antes, no início do seu governo, também em Braga, no 10.º aniversário da Revolução Nacional, 26 de Maio de 1936, mas então em grande apoteose e entusiasmo, ele determinara politicamente as "grandes certezas", em relação às quais agora se duvidava. Dissera então:

⁷⁷Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não

(5) ⁷⁷No 40.º aniversário do 28 de Maio⁷⁷, discurso proferido na sala da Biblioteca Pública de Braga, no dia 28 de Maio de 1966, in *Discursos*, vol. VI, Coimbra, Coimbra Editora, 1967, pp. 435-437.

discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a gloria do trabalho e o seu dever"(6).

Portanto, a "Verdade" constituía um dos pontos fundamentais da conceptologia e da metodologia políticas do Estado Novo, "verdade" que Salazar já procurava enunciar, embora com o sentido crítico de quem ainda não se sentia seguro no Poder, na célebre entrevista concedida a Antonio Ferro em fins de 1932 e inícios de 1933(7).

3. A "verdade" dos republicanos e "a verdade sobre Salazar" de Afonso Costa

3.1. A entrevista de Salazar a Antonio Ferro e sua repercussão

Essa entrevista constitui uma das peças mais importantes do pensamento expresso por Salazar. Daí o facto de ter sido traduzida, a nível oficial ou não, para as mais diversas línguas.

Independentemente, como é óbvio, da adesão aos argumentos nela apresentados, poderá dizer-se que se trata de uma obra notável, pelo cuidado do discurso não só do entrevistado, como do entrevistador. Ferro será o director do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo e pode dizer-se que, se Salazar não tivesse antes a intenção de o nomear para tão importante cargo, com certeza que esta entrevista e o seu produto teriam sido considerados um verdadeiro exame de aptidão. Como todas as grandes obras de Propaganda, é de uma leitura fluente e persuasiva, capaz de convencer um descrente.

O próprio líder do Partido Socialista, Ramada Curto, não deixou de a apreciar, no jornal *Diário de Lisboa*, através destas palavras que Ferro transcreveu na 3.ª edição do seu livro: "A entrevista do

(6) "As grandes certezas da Revolução Nacional", discurso proferido em Braga, na varanda do quartel de infantaria n.º 8, em 26 de Maio de 1936, por ocasião da grande parada e festas ali realizadas em comemoração do décimo aniversário do movimento de 28 Maio, in *Discursos*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1945 (2.ª ed.), p. 130.

(7) António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*, 3.ª ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d. Só a partir desta 3.ª edição a obra inclui a entrevista que Salazar deu a Ferro no início de 1933, após a conferência económica de Londres.

sr. dr. Salazar é um documento sério — descontadas as *fiuriture* jornalísticas, que também são precisas" (8).

No entanto, como seria lógico, em tempo de alguma indefinição política, provocou posições críticas à direita e à esquerda. Dois textos principais foram escritos relativamente à entrevista de Salazar, um folheto e uma entrevista. O primeiro é da autoria do líder nacional-sindicalista Rolão Preto(9) e tem na capa uma célebre caricatura de Almada Negreiros, ainda na posse da sua expressão irreverente e rebelde. O "homenzinho" de chapéu às três pancadas, humilde e um tanto curvado, não poderia ser identificado com o "Chefe". E isso que diz, afinal, Rolão Preto, comparando-o, negativamente, aos outros ditadores, e entendendo-o apenas como um político do "centro". Por sua vez, o militante republicano no auto-exílio dourado, Afonso Costa, dava uma entrevista ao jornalista brasileiro José Jobim, a que intitulou sintomaticamente *A verdade sobre Salazar*(10).

3.2. A Verdade, jornal clandestino da oposição republicana

Já antes, porém, um jornal clandestino — que será estudado também neste volume por Alberto Vilaça — esgrimia os argumentos dos republicanos, considerando falsos ou falaciosos os números orçamentais de 1933-34, que apontavam para um *superavit*. Tratava-se da publicação sintomaticamente chamada *A Verdade*, auto-intitulado "O jornal mais avidamente lido em Portugal", de que se publicaram onze números, de Julho de 1933 a Fevereiro de 1934 e que foram impressos supostamente em Lisboa, em Coimbra e em Madrid¹¹).

(8) *Ob. e ed. cit.*, p. 223

(9) *Salazar e a sua época. Comentario às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro, Lisboa, Janeiro, 1933.*

(10) *A verdade sobre Salazar. Prefácio de Danton Jobim. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934.*

(11) Para além do estudo de Alberto Vilaça incluído neste número, *vide sobre o tema Jorge Peixoto, "A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho", Introdução a Arquivo de História e Bibliografia. 1923-1926, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976, p. XLIX ss. O acesso e o conhecimento directo, em Novembro de 2001, de alguns números deste jornal, de que se encontram exemplares na Biblioteca Nacional, devo-os*

No dia 5 de Outubro de 1933 incluía-se nele um famoso artigo, de que voltaremos a falar, que Afonso Costa enviara ao jornal *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, e que teria sido censurado. Mais do que considerar falsos os números desse orçamento, entendia Afonso Costa que o equilíbrio financeiro conseguido por Salazar caracterizava-se por uma acção financeira e económica prejudicial ao povo português, dado que resultava do aumento de impostos, do progressivo anulamento das potencialidades das empresas, do empréstimo ao estrangeiro, etc. Por isso comparava o equilíbrio financeiro que ele próprio alcançara como ministro das Finanças, no início da República, ao de Salazar, desta forma bem expressiva:

"Ao equilíbrio assim alcançado, chamo eu o equilíbrio que mata. Quando eu estive dirigindo as finanças consegui o equilíbrio que salva e com um 'superavit' real, cortando despesas e ainda extinguindo ou diminuindo alguns impostos. Se não tivesse vindo a Guerra e esta política continuasse, Portugal seria hoje um dos países da Europa com as melhores e mais sãs finanças e com um desenvolvimento económico verdadeiramente admirável, tanto no continente como no Ultramar¹²).

Por isso, poderia concluir, dirigindo-se ao próprio Salazar e expressando, inclusivamente, o carácter anticlerical que constituiu a sua pedra de toque, o qual justificava afinal a distinção que fazia entre a "mística verdade" do ditador e a sua "simples e humana verdade", mas "Verdade" com maiúscula:

"O que é preciso é opor a nossa Verdade àquela mística, incompleta verdade, que o sr. Salazar criou para seu uso e que na sua voz pausada e solene de "monge medieval" tem amplas sonoridades litúrgicas de antífonas sacras.

Ao frio dogmatismo da sua verdade, à infinita soberbia da sua infalibilidade, opomos nestas colunas a nossa simples e humana verdade, que não tem aparatos litúrgicos — é certo — mas também *⁹

ao Dr. Alberto Vilaça, que teve a gentileza de me facultar as fotocópias dos números 2 (Agosto de 1933), 5 (5 de Outubro de 1933), 8 (Dezembro de 1933), 9 (Janeiro de 1934) e 10 (Janeiro de 1934).

(¹²) Cf. *A Verdade*, n.º 5, 5 de Outubro de 1933, p. 1. O itálico deste excerto e do que se transcreve a seguir é do próprio texto original.

não comporta reservas mentais; que não tem ressonâncias de carrilhão no órgão da moagem, mas que é humilde e acessível ao mais humilde dos homens, por ter um superior sentido de respeito pela dignidade dos seus direitos.

Eis a diferença, a intransponível barreira que nos separa. O sr. quer escravos, em passiva e incondicional submissão, nós queremos homens e cidadãos livres, no pleno uso e exercício dos seus direitos.

E o eterno duelo entre a Liberdade e a tirania. No fim a vitória será nossa, creia!"⁽¹³⁾.

No resto, sobressaem os argumentos contra a censura e contra a falta de democracia, a acusação de clericalismo do regime, apodando-se Salazar de pseudónimos pretensamente injuriosos como "servo da Companhia de Jesus", "frade tesoureiro", "jesuíta Salazar" e outros quejandos, e denunciava-se em particular a repressão que recaía sobre os oposicionistas, torturando-os e exilando-os para as ilhas.

No número de Janeiro de 1934, para além do poema, muito divulgado pelas correntes oposicionistas ao longo do tempo, intitulado "Maldição", que é um dos raros textos assinados, pelo notável escritor Jaime Cortesão⁽¹⁴⁾, encontra-se outro, de Bernardino Machado, que pretende denunciar a hipocrisia do regime de Salazar, que "plebiscitara" uma Constituição e criara a União Nacional, mas que — segundo o ex-Presidente da República — não abandonara a sua essência ditatorial:

"A ditadura, cobrindo-se fraudulentamente com um falso prospecto corporativo e nacional, não faz senão abater e esfacelar a vida das corporações e da Nação. Todos os partidos políticos tenta reduzir a um só, a sua facção, todas as associações económicas aos sindicatos seus adictos e todos os grémios religiosos às congregações clericais, que, desde a primeira hora, acorreram ao seu chamamento. Mas, só fora da nossa ativa democracia, entre os espíritos dissociativos, que sacrificam os deveres sociais ao individualismo egoísta, ela logra recrutar as suas formações de adeptos em troca de iníquos monopólios que para as captar lhes oferece"⁽¹⁵⁾.

⁽¹³⁾ *Jornal e número cit.*, p. 2.

⁽¹⁴⁾ *A Verdade*, n.- 9, Janeiro de 1934, p. 4.

⁽¹⁵⁾ *Jornal cit.*, n.- 9, p. 1.

Mais do que as críticas de circunstância relativamente à prática política pode, pois, dizer-se que o que fica claro é a intenção dos republicanos desejarem erguer uma "Verdade", ou seja, a democracia, que — segundo o seu entendimento — tinha sido ilegitimamente aniquilada pela Ditadura, a qual continuava com o governo de Salazar, apesar de se pretender criar a imagem de uma legalidade constitucional e "nacional". O que se pusera em prática, no dizer de Bernardino Machado, era afinal um "corporativismo ditatorial", que matara as verdadeiras "corporações".

3.3. *A resposta à entrevista de Ferro — A verdade sobre Salazar de Afonso Costa*

Esta era afinal também a lógica argumentativa de Afonso Costa⁽¹⁶⁾ — que nas suas cartas continuava a chamar "Senhor Presidente" a Bernardino Machado⁽¹⁷⁾ — na referida entrevista, que nos merece uma maior atenção.

Em primeiro lugar, deve destacar-se que o livro acaba por ser explicitamente uma resposta à obra de António Ferro. E o próprio José Jobim que o diz em breves palavras introdutórias, nas quais, embora se confesse não ser "amigo nem partidário do Sr. Afonso Costa", nem querer "imiscuir-se nos negócios internos de Portugal", não deixa também de caracterizar criticamente o jovem Estado Novo: "Este livro é uma resposta ao 'Salazar' do Sr. António Ferro. Deveria compo-lo em português. Mas o Estado totalitário do Doutor Salazar, pela sua própria estrutura e finalidade, se atribui em Portugal o domínio absoluto dos prelos e das consciências. Além do mais a ditadura portuguesa mantém um amplo e bem organizado serviço de

⁽¹⁶⁾ *Sobre Afonso Costa, vide sobretudo A. H. Oliveira Marques, Afonso Costa, Lisboa, Arcádia, 1972 (2.ª edição: 1975). Deve salientar-se — verificámos isso após a escrita deste texto — que João Medina se refere num seu livro aos documentos aqui citados, transcrevendo alguns e apresentando-os com uma breve nota introdutória (vide João Medina, História Contemporânea de Portugal. Estado Novo, vol. I, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, "A polémica entre Salazar e Afonso Costa", pp. 115-127).*

⁽¹⁷⁾ *Vide Jorge Manuel Bastos da Silva, Quatro décadas de Republicanismo (Correspondência política Afonso Costa - Bernardino Machado. 1899-1937). De próxima publicação.*

propaganda entre nós. Creio, pois, que se me deve conceder o direito de trazer ao público brasileiro 'a voz de outro sino'"(18). Afonso Costa — ainda no dizer do jornalista — capitulara ao fim de três anos em que se negou "falar a estrangeiros sobre seu país": "O que não obtivera a habilidade do jornalista conseguiu o ódio contra a ditadura militar que, atacando-o, lhe nega o direito de defesa"(19).

A entrevista do antigo primeiro ministro de Portugal e ex-presidente da "Liga das Nações", ou — como é mais comumente conhecida hoje — da Sociedade das Nações (SDN), tem, portanto uma razão de ser e uma lógica justificativa que é assumida pelo próprio Afonso Costa: embora — segundo dizia — tivesse sempre "hesitação e melindre em contar a estrangeiros o que se passa de desagradável e de injusto" no seu país, o certo é que os brasileiros não eram "propriamente estrangeiros" e eram "amigos de Portugal"(20).

3.4. *A imagem de Afonso Costa, segundo José Jobim*

A descrição de Afonso Costa por José Jobim não deixa de coincidir em parte com uma certa imagem que dele era apresentada. Descreve e elogia, obviamente, o seu currículo: "o maior orador político de Portugal" (21); como o primeiro ministro italiano Francesco Nitti (que tentara em 1919-1920 obstar o avanço do fascismo), era professor de direito e como ele sabia "explanar o seu pensamento"(22); "no dizer de Sir Eric Drumond", teria sido "o melhor presidente da quarta comissão da Liga das Nações"(23)... Todavia, também não escapou ao olhar do jornalista, pela sua observação directa ou pelas opiniões que lhe iam chegando, as descrições que dele se faziam. Assim, notou o seu "sarcasmo" (24), perscrutou-lhe os seus "olhinhos maliciosos"(25), não deixou de se referir à opinião de um seu amigo

(18) *A verdade sobre Salazar*, pp. 7-8.

(19) *Ob. cit.*, p. 7.

(20) *Idem.*, pp. 20 e 22.

H *Idem.*, p. 23.

P) *Idem.*, p. 31.

(23) *Idem.*, p. 49.

(24) *Idem.*, p. 20.

(25) *Idem.*, p. 21.

anarquista de que Afonso Costa era "um homem sinistro" (26), recordou (como dissera um seu "amigo de Coimbra") que "atraiu ele numerosos inimigos, da direita como da esquerda"(27), e não deixou de atentar, quando fazia as suas críticas mordazes ou irónicas a Salazar, na sua "perversidade"(28)... Para além desses "defeitos", salientou a sua elegância burguesa: "E um homem baixo, forte, elegante, com os cabelos grisalhos e a pera — a mais famosa pera de Portugal — quase alva. Parece ter apenas quarenta anos. E tem mais de sessenta. Respira saúde e energia. E quando fala, ao sorrir, faz com que a gente se lembre logo de Mefistófeles, tal a expressão maliciosa, viva, inteligente da sua máscara. Há mesmo sarcasmo e força nessa máscara" (29). E este elegante político vive no Hotel Vernet, nos *Champs Elysées*, onde só se hospedam estrangeiros, um "hotel caro e familiar", lugar de estadia de "antigos presidentes e mesmo reis dos países mais remotos", especialmente "ex-governantes sul-americanos" (30), para além de ter um escritório na rua Faubourg Saint-Honoré, "uma das mais aristocráticas de Paris"(31).

Portanto, o retrato de Afonso Costa adequa-se afinal ao tipo do político da burguesia que se integrava no meio burguês de Paris, onde se encontravam alguns exilados portugueses igualmente de estratos burgueses. Como observa Jobim, num dado momento Afonso Costa "atende a um emigrado português, um desses muitos rapazes que enchem os cafés de Montparnasse para ler o 'Século', encharcar-se de café creme e de deblaterar contra o doutor Salazar e o cardeal Cerejeira, o benjamim dos príncipes da Igreja"(32). Desta forma, quase parece irónico ou, pelo menos, é, sem dúvida, um lugar comum, a sua recordação do "estudante pobre" que fora Afonso Costa(33) — o que não se casa bem com a condição social do político republicano(34) — e,

(26) *Idem*, p. 64.

(27) *Idem*, p. 68.

(28) *Idem*, p. 121.

(29) *Idem*, pp. 19-20.

(30) *Idem*, p. 19.

(31) *Idem*, p. 25.

(32) *Idem*..

(33) *Idem*, p. 43.

í34) Na verdade, Afonso Costa, natural de Seia, onde nasceu em 6 de Março de 1871 (tendo morrido em Paris em 11 de Maio de 1937), era filho de

muito menos, a afirmação de "que viera do povo"⁽³⁵⁾. Quando muito isso teria alguma razão de ser pela sua afirmação republicana militante e até por ter dedicado ao "problema proletário" — segundo as suas palavras — a sua "tese de doutoramento" ⁽³⁶⁾.

3.5. As críticas à Ditadura por Afonso Costa

As críticas à Ditadura e ao Estado Novo, que acabava de nascer, justificam-se, obviamente, pelo carácter anti-constitucional — contra a ordem constitucional de 1910-11, entenda-se — do regime de transição e do novo sistema político. E assim que justifica a sua intervenção contra o empréstimo que Portugal quis fazer, nomeadamente sob os auspícios da Liga das Nações, em 1927 e 1928, porque ele teria de supor, de acordo com o número 4 do artigo 26.º da Constituição republicana, então ainda em vigor (segundo Afonso Costa), a autorização do Congresso da República, que havia sido dissolvido⁽³⁷⁾. Nesta ordem de ideias, toda a lógica e toda a prática do novo regime eram, como já atrás havíamos notado, tidas como ilegítimas, o que, de resto, se fundamentava também na análise de atitudes sobejamente criticadas pela sua condição autoritária se não mesmo "totalitária". Para Afonso Costa não há, portanto, diferença entre a Ditadura e o Estado Novo, termo que nunca chega a utilizar, reduzindo os dois regimes ao epíteto de "ditadura".

Nesta perspectiva, assoma uma crítica e uma caracterização do regime de Salazar que, curiosamente, tanto o leva a aproximá-lo dos

Sebastião Fernandes da Costa, advogado e depois conservador do Registo Predial naquela vila (hoje cidade).

⁽³⁵⁾ *A verdade sobre Salazar*, p. 49.

⁽³⁶⁾ *Idem*, p. 117. Deve tratar-se da sua dissertação inaugural para o acto de Conclusões Magnas, *A Igreja e a Questão Social Analyse da encyclica pontificia "De conditione Opificum" de 15 de maio de 1891, Coimbra, Typografia da Livraria Portuguesa e Estrangeira, 1895.*

⁽³⁷⁾ *Idem*, p. 21. O citado artigo 26.º, n.º 4, da Constituição de 1911, diz que "compete privativamente ao Congresso da República" (designação que então teve o Parlamento): "Autorizar o Poder Executivo a realizar empréstimos e outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante, estabelecendo ou aprovando previamente as condições gerais em que devem ser feitos".

regimes de Mussolini e de Hitler, como dos regimes comunistas. A acção política e económica de Salazar era marcada — segundo ele — por uma prática concentracionista. A sua acção tinha como finalidade que "a ditadura dominasse em absoluto a actividade económica do país, assim como já estava dominando os bancos e as instituições de crédito". E completava o seu raciocínio desta forma:

"Assim criou o Doutor Salazar o Estado forte, que, pelos organismos referidos, pela máquina fiscal, pelos empréstimos e sobretudo pela disponibilidade da Caixa [Geral dos Depósitos], ficou habilitada a manejar o crédito e a prestar às Companhias e aos próprios particulares os auxílios que conviessem à realização da política económica do ditador, que já vai tomando assim umas tinturas de comunismo. Segundo o seu plano devem vir a desaparecer todos os organismos económicos de feição individualista que não se subordinem docilmente à acção ditatorial. E como esta só podia impor-se nesse domínio em nome e pela acção coerciva do Estado, o doutor Salazar aproveitou-se deste, pelo menos transitoriamente, afim de enraizar profundamente o sistema para que ele tende, graças à criação de dependências, voluntárias ou forçadas, em relação ao Estado, em todos os sectores da vida económica nacional"(³⁸).

Dentro desta lógica que nunca — segundo Afonso Costa — atingira tal extremismo em nenhum outro país, "nem mesmo na Rússia" (³⁹), foi necessário que se criasse um "organismo político e partidário, chamado União Nacional, de quem o ditador é também o chefe supremo". E completa assim o seu raciocínio de um modo de tal maneira insólito que deixou perplexo o próprio entrevistador, que foi obrigado a aclarar a sua posição de que se limitava a "registar" as palavras de Afonso Costa, não pretendendo obrigar-se "a uma solidariedade com as opiniões manifestadas":

"Essa União foi criada — exclama — como um arremedo do fascismo e do nazismo, para apoiar e manter indefinidamente a ditadura. O resto da população portuguesa formaria uma massa amorfa e resignada, sem direitos nem liberdades, em que seria recrutada apenas... a mão de obra. Portugal regressaria assim a um estado semi-colonial, em que já seria possível a repetição de um

(³⁸) *Idem*, pp. 88-89. O **bold** é do próprio texto.

(³⁹) *Idem*, p. 90.

governo jesuítico semelhante ao do Paraguai, mas modernizado à luz da experiência comunista da Rússia"⁽⁴⁰⁾.

Esta obsessão anti-jesuítica de Afonso Costa — inserida numa visão anticlerical, que sempre o caracterizou — vai ao ponto de admitir que, na verdade, Salazar estava afinal a querer erguer um Estado jesuítico, com o apoio dos católicos e da Igreja e reprimindo as áreas que se lhe opusessem, como o Centro Católico. Para ele o que seria necessário era "tornar maleável como cera a alma portuguesa", mais do que Mussolini fizera em Itália e como o próprio Hitler estava fazendo em "edição correcta e aumentada destas violências e brutalidades, expulsando os judeus, ameaçando os católicos, — que logo lhe ofereceram humildemente uma concordata —, e aproveitando-se dos luteranos, que até já querem substituir Deus por Wotan para mais aproximarem a divindade do 'Fuehrer⁷ germânico..."⁽⁴¹⁾. E, desta forma, desenvolver-se-ia todo um plano de repressão e de formulação de leis inventadas, como "a publicação da Constituição ditatorial", em que houve um chamado "plebiscito", que Costa considerou "uma mascarada torpe, em que se contavam como votos favoráveis os votos dos eleitores que não comparecerán^!)", uma Constituição que, todavia, supunha eleições, "ainda que imperfeitas e com sufrágio limitado e anti-liberal", eleições essas que não se faziam nem se podiam fazer dentro de uma lógica de ditadura existente⁽⁴²⁾. Sim, porque existia em Portugal — já o dissera em anterior crítica, formulada no início da entrevista — "uma imprensa quase tão uniformizada quanto a italiana e a alemã" ⁽⁴³⁾.

Salazar procurava formar um "Estado ideal comunista", à maneira do que sucedera no Paraguai, onde fora criado por Filipe II e Filipe III de Espanha e que durara mais de século e meio — e citava para o confirmar a obra do autor René Fuelep-Miller, traduzida para espanhol por lavier Bruno, sob o título de *El Poder y los secretos de los jesuítas* (1931)⁽⁴⁴⁾ — ou, mesmo, "**um Comunismo de direita**" (em **bold**,

⁽⁴⁰⁾ *Idem*, pp. 90-91.

⁽⁴¹⁾ *Idem*, pp. 93-94.

⁽⁴²⁾ *Idem*, p. 95

⁽⁴³⁾ *Idem*, p. 44.

⁽⁴⁴⁾ *Idem*, pp. 72-73. A obra foi também traduzida para português, numa edição brasileira de 1946 (Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Livr.

como no próprio texto de Jobim / Afonso Costa), oposto, em termos de luta, tal como na Alemanha de Hitler, a um "**Comunismo de esquerda em marcha**", inventado no caso português⁽⁴⁵⁾. E esta reflexão ocorre perante o olhar algo incrédulo do entrevistador.

Mas, as críticas de Afonso Costa dirigem-se, sobretudo, com uma grande soma de argumentos, à política financeira de Salazar e, antes, de Sinel de Cordes, o que se compreende dada a importância conferida pelo Presidente do Conselho e pelos salazaristas ao saneamento das finanças, considerado como saneamento da política, e ao facto de Afonso Costa ter sido também professor de Finanças e ministro da respectiva pasta durante a República⁽⁴⁶⁾.

Na verdade, considerou que a política desastrosa de Sinel de Cordes — de aumentar as despesas do Estado, criando um *deficit* que ascendeu a 642.000 contos, para além de ter dado grandes concessões a capitalistas, gerando a noção de que a ditadura estava "inteiramente às ordens da plutocracia", e de ter elevado brutalmente os impostos — constituiu "a primeira parte do plano maquiavélico e jesuítico" e "foi executado sob a vigilância oculta do doutor Salazar", que Costa chamou o "Papa Negro da ditadura"⁽⁴⁷⁾. Depois, veio a política financeira de Salazar que — no entendimento de Afonso Costa — se, por um lado, dá uma falsa ideia de estabilidade financeira, veio criar a tal política concentracionária e "comunista" a que já se aludiu, para além de seguir servilmente a situação financeira inglesa⁽⁴⁸⁾.

Não vamos aqui referir-nos aos inúmeros argumentos técnicos apresentados por Afonso Costa, o qual pretende provar, como já o fizera no tal artigo censurado enviado a O *Primeiro de Janeiro*, que "nada, absolutamente nada" de bom existia na "obra financeira do doutor Salazar" ⁽⁴⁹⁾. O que achamos interessante, no plano da entrevista, é que José Jobim por várias vezes pede desculpa ao

Globo). O autor aparece aí com o nome de René Füllop Miller, indicando a obra como título original: *Macht und Geheimnis der Jesuiten*.

⁽⁴⁵⁾ *Idem*, pp. 101-102.

⁽⁴⁶⁾ Foi ministro das Finanças de 9.1.1913 a 9.2.1914 e, depois, de 29.11.1915 a 10.12.1917.

⁽⁴⁷⁾ *Idem*, p. 56 ss.

⁽⁴⁸⁾ *Idem*, p. 64 ss.

⁽⁴⁹⁾ *Idem*, p. 81.

leitor por "todas as cifras" que enchem a "crónica" ⁽⁵⁰⁾, parecendo perceber assim que esta entrevista acabava por entediar quem a lia, o que, com efeito, parece evidente, sobretudo em confronto com o carácter dialogante e fácil, o sentido da simplicidade e da modernidade propagandística da entrevista de Salazar a Ferro, que demonstra, como dissemos, ao contrário desta, um grande efeito persuasivo.

3.6. *As imagens de Portugal de Afonso Costa e o "programa republicano"*

Para além das críticas a Salazar e ao seu regime — que comerem afinal o título ao livro de José Jobim, *A verdade sobre Salazar* —, há, porém, outras reflexões de interesse na obra que estamos a ler e a interpretar. Referimo-nos especialmente à visão que Afonso Costa apresenta sobre Portugal e especialmente sobre o povo português, parecendo, neste caso, coincidir com alguns juízos que Salazar exprimiu, com outros objectivos, como é evidente. Mesmo a crítica aos últimos anos da República é reveladora de alguma frustração — afinal a frustração que manifestaram "gregos" e "troianos", ou seja, as várias linhas ideológicas, da situação ou da oposição —, parecendo compreender afinal aquilo que levou ao fim do regime parlamentar.

Começando pela interpretação que dá de Portugal e do povo português e respondendo à "provocação" de José Jobim de que se diz que os portugueses são "um povo apático", Afonso Costa começa por recordar, com uma ideologia de "Império Ultramarino", que os republicanos tão bem defenderam (recorde-se que o principal redactor do citado jornal clandestino *A Verdade*, Armando Cortesão, fora director da Agência Geral das Colónias), a grandeza de Portugal e, numa perspectiva histórica nacionalista, o dinamismo do "português de quinhentos":

"Portugal não é um pequeno país. Os que sustentam isso esquecem as províncias ultramarinas que fazem, com o território metropolitano, de Portugal, um todo uno e indivisível. E sobre o português, basta recordar o passado que, longe de ser um motivo para nada fazermos, deve constituir uma obrigação imperativa para agirmos. Não compreendo

⁽⁵⁰⁾ Por exemplo, *idem*, p. 78: "Outra vez peço desculpa ao leitor de todas as cifras que enchem esta crónica".

como se criou essa lenda de que o português é contemplativo, sem qualidades de acção... Toda a nossa história diz o contrário"⁽⁵¹⁾.

E, prosseguindo o seu discurso, afirma, mais parecendo um homem que esteve fora da acção política do que um militante republicano, líder do maior partido, o Partido Democrático:

"A nossa decadência, ou melhor, o nosso desnível em relação à civilização contemporânea não provém de um *deficit* de qualidades que houvéssemos tido ou que no decurso da nossa vida nacional se tivessem ido degradando. Não! Esse desnível provém de causas meramente históricas que deprimiram o carácter nacional e geraram esta falta de confiança em nós próprios e essa 'apagada e vil tristeza' de que fala o nosso grande épico, e que é preciso resolutamente banir. Urge construir, organizar, criar e, para tanto, basta querer"⁽⁵²⁾.

Assim, replicando a uma nova pergunta, embora conexas, de Jobim, defende, como velho republicano que tem como emblema a promoção da Instrução Pública, a necessidade de reformar a "nossa mentalidade defeituosa", combatendo o analfabetismo, promovendo a adopção da "escola única", estabelecendo "colónias de portugueses seleccionados nos melhores centros estrangeiros da cultura", desenvolvendo a acção de "inspecção do trabalho dos professores" e criando uma nova metodologia de ensino que levasse o português a "bem pensar, partindo do concreto e do real, da observação dos factos, substituindo-a a um verbalismo estéril"⁽⁵³⁾.

Por sua vez, para restaurar a confiança dos portugueses, Afonso Costa fala da aplicação de "um plano preciso de realizações absolutamente práticas, uma espécie de plano quinquenal...", não sem, todavia, curiosa e sintomaticamente, alertar o entrevistador para o sentido que quer dar a esta última expressão: "Mas, olhe lá, não me diga isto no seu jornal porque vão chamar-me de bolchevista, a mim, tão bom burguês..."⁽⁵⁴⁾.

Nestas reflexões críticas sobre Portugal, apontando já para algumas soluções, Afonso Costa (como se disse) não deixou — até para se justificar do fracasso da República — de fazer algumas censu-

⁽⁵¹⁾ *Idem*, p. 26.

⁽⁵²⁾ *Idem*, pp. 26-27.

⁽⁵³⁾ *Idem*, p. 27.

⁽⁵⁴⁾ *Idem*, p. 28.

ras fortes à prática republicana. Assim, falou das ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, nomeadamente deste, e da sua "germanofilia" e acção repressiva. E, acima de tudo, venceu a má política dos republicanos, de 1919 a 1926, após a revolta da "monarquia do Norte". Sob pretexto da "paz geral", em vez da firmeza necessária, foram afastados das grandes decisões "os homens mais representativos das ideias republicanas e democráticas", tais como Bernardino Machado, Alexandre Braga, Leote do Rego e ele próprio, que se encontrava no estrangeiro, presidindo à delegação portuguesa à Conferência de Paz. Desta forma, depois de ter escrito uma carta ao directorio do Partido Republicano Português, em Fevereiro de 1919, tomou a decisão de se retirar da política activa do país e de esperar a sua hora⁽⁵⁵⁾.

No contexto dessa espera activa e organizadora da unidade contra ditadura e de "regresso à normalidade constitucional" (as palavras são de Afonso Costa)⁽⁵⁶⁾, vai pensando em planos para reformar a República, reflectindo — como vimos — sobre velhos e novos projectos, mas sobretudo pensando em corrigir erros do passado.

Nesta medida, Afonso Costa, numa autodenominada concepção "popular", ou populista, e de esquerdismo burguês, afirma, como pontos de princípio, o que considera o dever de todos os republicanos e democratas, opondo-se assim, implícita ou explicitamente, à posição salazarista "Tudo pela Nação. Nada contra a Nação" e à prática de sobrepor a autoridade ou o autoritarismo à liberdade:

"Tudo pelo Povo! Eis a minha divisa. E bem o merece o povo português, tão sofredor, tão heroico no sacrifício, generoso, paciente e bom! A nossa obrigação é dar-lhe trabalho, pão, instrução e alegria. Servir o Povo, cuidar dele, assegurando-lhe as condições de vida que ele merece e que não possui ainda, a despeito da energia com que quotidianamente afirma as suas inextinguíveis qualidades... E o nosso dever! E o dever de todos os republicanos! Sinto que não tenho outro maior nem mais imperioso, e a ele consagrarei acima de tudo os meus esforços (57).

⁽⁵⁵⁾ Cf. *idem*, pp. 28-35 e 108 ss.

⁽⁵⁶⁾ *Idem*, pp. 102-103 e 97.

⁽⁵⁷⁾ *Idem*, p. 109.

E prossegue, falando da democracia:

"Pretender destruí-la é uma quimera que aqueles mesmos que a impugnam reconhecem, pois que, sem reparar, adoptam muitas vezes os seus métodos. A democracia parte do alto ideal da justiça, e surge do respeito da consciência humana e da necessidade irresistível e irreprimível da liberdade. As sociedades não são puros organismos porque os factos sociais são acima de tudo factos da consciência. Os sistemas que põem de parte a intervenção do indivíduo no governo da sociedade, dizendo-se realistas, nada mais fazem que mutilar a realidade. Não se pode opor a autoridade à liberdade, porque a autoridade é, conforme ensinam grandes sociólogos como Durkheim, um meio de garantir a liberdade e de realizar os ideais colectivos. E não se deve também erradamente confundir a disciplina da acção individual, que se traduz sempre num aumento de força e de liberdade para o indivíduo, com o declínio da liberdade"⁽⁵⁸⁾.

O programa de Afonso Costa passava, assim, pela revisão da Constituição de 1911, no sentido de valorizar a acção do poder executivo: conforme diz, o seu projecto consistia em "tornar maior o rendimento do Parlamento e mais eficiente o trabalho dos ministros" e em "organizar a presidência do conselho de modo que se torne um verdadeiro órgão coordenador, servido por todos os elementos de informação". Ou seja, num tempo (como afirma) de "adaptações e readaptações", procura atenuar a força do parlamentarismo e apelar para uma nova eficácia governamental, visando a "restauração da autoridade do Estado e a independência dos órgãos de função executiva dentro do quadro das instituições parlamentares"⁽⁵⁹⁾. E, para garantir uma verdadeira representação e a defesa dos valores, advoga a necessidade de organizar um órgão consultivo de sentido "corporativo", a que chama o Conselho Económico Nacional, no qual estariam "representadas as regiões económicas, os sindicatos ou associações profissionais e os interesses agrupados", a "reforma da Judicatura", dando independência aos magistrados no exercício das suas funções, sob fiscalização do Conselho Superior Judiciário, e, também,

⁽⁵⁸⁾ *Idem*, p. 110.

⁽⁵⁹⁾ *Idem*, p. 110-111.

para maior garantia das "liberdades públicas", deveria ser criado um "Tribunal de Garantias Constitucionais" ⁽⁶⁰⁾.

Por sua vez, num certo desejo de aplacar as opiniões anti-religiosas, ou anticlericais, que lhe valeram, conforme constatou Jobim, o apelido de "anti-Cristo", embora tivesse continuado a manifestar a mesma posição de "defesa intransigente" contra "quaisquer veleidades" contrárias à "supremacia do poder civil", pretende afirmar o respeito que merecem "todas as crenças religiosas, cujo credo não ofenda os princípios morais e jurídicos que são o fundamento das sociedades modernas". Assim, aproveitando a revisão da Constituição, proporia que nela passassem a constar "preceitos mais claros e completos do que os actuais, a fim de que as diversas religiões saibam quais são os limites da sua acção e o Estado não as embarace dentro desses limites, mas também não as deixe sair fora deles" ⁽⁶¹⁾.

Defende o "desarmamento total das chamadas potências de interesses limitados", proposta, sem efeitos práticos, que chegara a fazer a Aristide Briand, para ele representar no contexto da SDN. No entanto, esse "pacifismo" mantinha-o como ponto de princípio, pretendendo que na Constituição passasse a constar o seguinte preceito: "Portugal renuncia à guerra como instrumento de política nacional, acata as normas do direito internacional, e obriga-se a submeter todos os conflitos que surjam com qualquer outra Nação ao Tribunal de Justiça Internacional ou à arbitragem". Quanto ao Exército, de terra e de mar, alguns problemas subsistiam quanto à organização, mas uma coisa era certa: "o exército terá de ser republicano porque a força pública não pode estar nas mãos dos inimigos do regime"⁽⁶²⁾. Por "republicano" entendia-se, naturalmente a república nascida em 1911 e deposta em 1926 e não a "república corporativa" de Salazar.

No que respeita ao proletariado, considera que as suas condições eram, na verdade, "deploráveis", sendo necessário tomar medidas que assegurassem e garantissem os "trabalhadores e suas famílias contra a doença, a invalidez, a velhice e o desemprego e em certos casos de morte além dos causados por acidente de trabalho". Por isso, desejava propor também na Constituição a introdução de um artigo

⁽⁶⁰⁾ *Idem*, p. 111.

⁽⁶¹⁾ *Idem*, pp. 111-112.

⁽⁶²⁾ *Idem*, pp. 112-115.

que começaria assim: "O trabalho é uma obrigação social e goza de protecção do Estado e das leis [...]"⁽⁶³⁾. Isso, porém, não significava que Afonso Costa se afastasse da sua proclamada condição burguesa. Se falava de "um plano de intervenção do Estado na iniciativa privada", no sentido de "orientar, estimular, ajudar e fiscalizar" essa iniciativa, não á contra a propriedade, mas apenas contra a "grande propriedade". Por isso, dizia que os "extremistas" qualificariam essa medida de "burguesa", dado que ela não visava outro objectivo senão "a democratização da propriedade"⁽⁶⁴⁾.

Relativamente às colónias, voltando a afirmar que "o território continental [...] é apenas uma parcela mínima do valor territorial da nação", defende as melhores condições para os "indígenas", nomeadamente em termos de "assistência higiénica", "instrução técnica" e ensino da língua portuguesa. No entanto, conforme era corrente no pensamento colonial do tempo, considera: "precisamos fazer uma política de associação e de cooperação, porque a de assimilação é quimérica ou, pelo menos, de longe e difícilima realização". A descentralização e o desenvolvimento das colónias, mesmo que à custa de empréstimos, teriam de ser práticas a realizar, bem como não se poderia descurar a colaboração de outros países em termos de investigação científica⁽⁶⁵⁾.

Quanto às finanças e à economia, já conhecemos a sua posição diametralmente adversa a Salazar. Sem entrarmos em pormenores, destaquesmos, todavia, a sua posição quanto aos transportes, em que preconiza a sua exploração pelo Estado. Mas logo assinala: "Não se trata também, como acontece com a democratização da propriedade, de uma reforma marxista"⁽⁶⁶⁾.

Portanto, Afonso Costa insiste na sua não identificação com qualquer prática comunista, de que aproximava bem mais (conforme vimos) o Salazarismo. De qualquer modo, a sua concepção burguesa não o impedia de se afirmar "bem à esquerda". Perante a pergunta de José Jobim para identificar a sua posição, respondeu peremptoriamente: "A esquerda, bem à esquerda, junto do povo, recebendo dele todas as inspirações, servindo todos os seus anseios de justiça e

⁽⁶³⁾ *Idem*, pp. 117-118.

⁽⁶⁴⁾ *Idem*, pp. 118-119.

⁽⁶⁵⁾ *Idem*, pp. 119-120.

⁽⁶⁶⁾ *Idem*, pp. 121-122.

aceitando do socialismo as reivindicações justas realizáveis. E não se esqueça de dizer que com uma fé que não admite dúvidas" (67).

Eis, pois, em poucas palavras, o modo como Afonso Costa se au tocar acteriza. O deputado republicano na Monarquia constitucional, o líder do Partido Democrático, ala mais à esquerda do PRP, o primeiro ministro e o ministro das Finanças que procurara mostrar "a verdade sobre Salazar", o anticlericalista autor da lei da separação do Estado das Igrejas e que mantinha a sua sanha antijesuítica, o presidente da Liga das Nações, que via fracassar esta instituição de arbitragem em favor de uma política de alianças, e de falsas alianças, que (segundo ele) levariam fatalmente à guerra(68), o exilado em França que considerava, com Portugal, "os maiores baluartes da civilização" (69), o habitante do Hotel Vernet que se passeava pelos *Champs Elysées* e atendia os seus clientes e os exilados portugueses no seu *bureau* da elegante *Rue Faubourg Saiiit-Honoré*, confessava-se burguês e amigo do povo, por que lutara desde a juventude coimbrã.

Seja como for, Afonso Costa já não era, nesse ano de 1934, o defensor das mesmas teses republicanas de outrora e lamentava também que a República se tivesse autodesfeito em lutas intestinas, com um simples empurrão de "sidonistas", católicos, monárquicos e alguns militares traidores à causa do regime. Defendia a República, mas queria-a também alterada no seu documento sagrado, a Constituição de 1911, nas suas instituições e na sua prática.

3.7. O prefácio de Danton Jobim: dúvidas sobre o futuro da luta de Afonso Costa e sobre o fu turo da Ditadura

Danton Jobim, que prefaciou o livro, diz que não gostaria de chamar "democrata" a Afonso Costa, dado que os conceitos de "democracia" e de "democrata" eram já, no seu tempo, "expressões vagas, imprecisas, e, por isso, incolores". Teria preferido, sim, situá-lo "entre os autênticos jacobinos, cuja caracterização fundamental é o

(67) *idem*, p. 122.

(68) Cf. *idem*, p. 127 ss.

H *Idem*, p. 137.

culto da autoridade soberana do Estado, a necessidade de submissão de todos à lei, que emana da vontade popular, expressa através da igualdade política, sem que se atenda às diferenciações de ordem económica e social⁽⁷⁰⁾. Mas, seria esta também uma boa definição? — perguntamos nós. Seja como for, Danton Jobim percebeu bem que o conceito de democracia estava a mudar. Já não se acreditava no "Estado super-individualista do século XIX". Perante "as grandes associações de interesses", o aparecimento do socialismo como "ideal democrático" e o surto do "estatismo exagerado" do pós-guerra, o republicanismo teria de ser sensível a novas concepções. No caso vertente, perante o "estatismo fascista" de Oliveira Salazar, do corporativismo criado "nos moldes do sindicalismo burocrático italiano", também Afonso Costa teria de mudar de concepções republicanas⁽⁷¹⁾.

As dúvidas de Danton Jobim, no fim do seu curto mas incisivo texto, escrito em 5 de Maio de 1934, são de uma grande oportunidade: "Mas haverá condições, na república portuguesa, para a vitória desse movimento? E a ditadura militar que governa o país será capaz dessa tarefa? Eis uma tese interessante e oportuna que aos pensadores e homens de estado portugueses, que conhecem de perto a situação político-social do país, incumbe responder" ⁽⁷²⁾.

4. A "Verdade" de Salazar

Com efeito, Danton Jobim tinha motivos de sobra para se interrogar. Afonso Costa era, apesar de algumas alterações de ideias e de estratégia, um homem do "passado político", mas sobretudo um homem "fora do poder". E nesta altura, em que os autoritarismos surgiam um pouco por todo o lado, tendo o fascismo como exemplo e o nazismo como modelo extremista, era muito difícil lutar contra o "Estado totalitário do Doutor Salazar", no dizer de José Jobim. Toda a estratégia por ele utilizada contra o discurso de Afonso Costa teria tendência para vencer esta batalha desigual.

⁽⁷⁰⁾ *Idem*, Prefácio citado, pp. 9-10

⁽⁷¹⁾ Cf. *idem*, pp. 9-18.

⁽⁷²⁾ *Idem*, p. 18.

Vejamos como se verificou essa estratégia, sempre sob os auspícios da "Verdade".

Num primeiro tempo, Salazar, em 16 de Julho de 1934, emite uma nota oficiosa em relação ao texto de Afonso Costa. O Estado, já quase todo poderoso (que não era a "ditadura militar", como dizia Danton Jobim, mas o que se chamara "Estado Novo", ou "Ditadura Nacional", dirigido pelo político hábil que era Oliveira Salazar), fala, mas fala pouco, como lhe convém. Salazar era, de resto — como era próprio de um homem formado num seminário, lente de Coimbra, integrado, pelas suas leituras, nas correntes tradicionais da "razão de Estado", de um maquiavelismo disfarçado —, um político que sabia utilizar as palavras e os silêncios⁽⁷³⁾. Assim, as dezassete páginas da sua nota que intitulou *Duas escolas políticas*⁽⁷⁴⁾ chegavam para se impor ao discurso longo e por vezes (diga-se) repetitivo e enfadonho de Afonso Costa.

A resposta de Salazar quase não é, intencionalmente, uma resposta a Afonso Costa. Sobretudo, não é uma resposta aos argumentos mais sólidos dos republicanos, ou seja, uma resposta às críticas por eles formuladas e também pelo líder do Partido Democrático, a um sistema assumidamente autoritarista que se sobrepusera, "revolucionariamente", a outro que — mau grado os eventuais defeitos do parlamentarismo e das lutas partidárias que gerou, reconhecidas pelo próprio Afonso Costa — era, pelo menos, formal e constitucionalmente, um sistema de liberdade de opinião e de reunião.

A primeira parte da "resposta" de Salazar é exactamente a justificação da "não resposta", dita da forma irónica que caracterizava por vezes o seu discurso. Inicia a nota oficiosa com duas frases em epígrafe. A primeira do próprio Afonso Costa, em que, numa entrevista dada a um jornalista brasileiro e publicada no periódico do Rio de Janeiro *Portugal Republicano*, afirmava: "O Doutor Salazar... recusa-se a discutir objectivamente comigo *por saber que não me calarei*". A segunda, já nossa conhecida, é extraída do livro de José Jobim: "Ao fim de três anos capitulou. O que não obtivera a habilidade do

(73) Ver sobre o tema José Martinho Gaspar, *Os discursos e o discurso de Salazar. Prefácio de Luís Reis Torgal. Lisboa, Prefácio, 2001.*

(74) *Duas escolas políticas. Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros de 16 de Julho de 1934, Lisboa, Edições SPN, 1934.*

jornalista conseguiu o ódio contra a Ditadura Militar..'/'. Vejamos agora o que diz Salazar:

"É sabido que o sr. dr. Afonso Costa, como outros políticos inimigos, não suporta que eu não responda às suas acusações à ditadura nacional, e amigos dedicados da presente Situação política parece não compreenderem bem a razão deste silêncio, e perguntam a si próprios porque se não aceita a discussão, demais sendo corrente darem-se contas ao País do que se faz e do que se intenta fazer. A resposta a essa curiosidade está dada acima: o jornalista proclama na capa do seu livro vir dizer sobre o homem público *a verdade* e confessa tê-la arrancado *ao ódio* do inimigo; o entrevistado, se eu discutir as suas afirmações, promete não se calar mais... O debate está assim encerrado antes mesmo de se abrir, o que se seguir é apenas para Portugal e para os portugueses"(75).

De seguida, na sua "não resposta", coloca-se numa posição acima de qualquer discussão, ou seja, procura catalogar de duas formas a posição de Afonso Costa:

Em primeiro lugar, tipifica-a no âmbito da "discussão estéril", mais virada para o passado do que para o futuro, que tinha as suas origens na dialéctica universitária, em que Costa teria sido formado e em que continuara na política partidária, cujo objectivo era destruir a parte contrária, acabando também por destruir a parte que representava.

Daqui induz a caracterização da "sua escola", a "escola de Salazar", afinal de uma "nova geração", que explicita desta forma, por oposição à "escola de Afonso Costa":

"A tática destruidora havia fatalmente de perder a política partidária e o nosso parlamentarismo: e perdeu. O mesmo nos aconteceria a nós se ao contrário não fôssemos dotados de sério espírito construtivo. Na política e no Governo atrasam-se muito os que empregam a maior parte do tempo a remexer o passado. Sobre o bem ou o mal que está feito, é acima de tudo necessário resolver os problemas e construir o futuro. Eis porque não há do nosso lado a fúria da crítica"(76).

(75) *Nota oficiosa cit.*, pp. 3-4. O itálico é do texto original.

(76) *Idem*, p. 7.

Em segundo lugar, cataloga Afonso Costa no âmbito do "amoralismo em política", que fez perder o seu sentido nacional que a devia pautar. Pelo seu lado, ergue-se como campeão do eticismo político que caracteriza a "escola nacionalista", em contraste com a "escola partidarista":

"Diante de homens com estes princípios ou falta deles, a nossa posição está longe de ser sempre favorável. Ao falar em tempos às comissões da União Nacional sobre a propaganda do Estado Novo, fiz precisamente notar que as exigências éticas da nossa política tinham o efeito de manietar-nos em certo sentido diante de um inimigo absolutamente livre na acção, porque ao acusar-nos se não sentia ligado nem pela verdade nem pela justiça"(77).

Assim, Salazar apresenta afinal a sua verdade, "Verdade" com V maiúsculo, porque se sente como paladino da moral e da justiça e verdadeiro defensor dos interesses da Nação. Desta maneira, afastava-se de qualquer polémica, porque (de acordo com a sua lógica) aceder a ela era argumentar com o espírito de "discussão estéril" e de "amoralidade", que constituía, em síntese, a "escola de Afonso Costa". Por isso podia quase não discutir os seus argumentos e limitar-se somente a afirmar que era um facto indiscutível o "equilíbrio dos orçamentos e das contas desde 1928-1929", ano em que subira ao ministério das Finanças, tal como — e aqui apresenta mais uma razão que revela a sua habilidade política — não discutia o "equilíbrio das contas em 1912-13 e em 13-14", que não era só devido a Afonso Costa mas também ao engenheiro Vicente Ferreira. A "escola nacional e moral" a que pertencia não permitia a dúvida sobre a verdade dos números. Por isso afirmava, mais uma vez, em termos de conclusão: "Contra a discussão por hábito, contra a crítica por princípio, contra o insulto por sistema, contra o partidarismo por ódio, a Ditadura tem afirmado e feito vingar outra escola-política, dominada no estudo e na acção por um sentido positivo, construtivo, ético e nacional" (78).

Mas, apesar de tudo, Salazar ainda respondeu a Afonso Costa, não através de argumentos contra as suas críticas essenciais ou de pormenor. Capciosamente, procurou antes, através de três exemplos,

(77) *Idem*, pp. 7-8.

(78) *Idem*, p. 9.

tentar mostrar a "falsidade" dos seus argumentos, ancorado numa lógica de provar o todo pela parte:

A primeira "falsidade" consistia em procurar provar que era mentirosa a afirmação de Afonso Costa de que a entrevista que dera a *O Primeiro de Janeiro* havia sido proibida pela censura de Salazar. Afinal — o que é no mínimo insólito, permitimo-nos comentar — a Censura do Porto havia declarado, em ofício à Direcção Geral de Censura, que fora o próprio periódico que solicitara "o favor" de que fosse "cortado" pela Censura o referido artigo, porque não queria ou não convinha ao jornal "fazer censura por conta própria, em virtude de estar a ser assediado pelos correligionários [de Afonso Costa] para a sua publicação"⁽⁷⁹⁾.

A segunda "falsidade" era a afirmação de Afonso Costa de que Salazar teria sido o "inspirador" da má gestão de Sinel de Cordes. Provava Salazar o contrário, alegando que a sua opinião contra essa gestão era evidente em vários documentos particulares e oficiais, desde os seus artigos no jornal *As Novidades* de 30 de Novembro a 21 de Dezembro de 1927, passando por uma nota oficiosa, de 25 de Outubro de 1929, até ao decreto n.º 15.463.

A última "falsidade", e a mais grave (segundo Salazar), era o facto de Afonso Costa afirmar que ele e os republicanos haviam impedido, por razões políticas e constitucionais, o pedido de empréstimo formulado à SDN em 1927 e 1928. Segundo Salazar — e para o "provar" traz à leitura o relatório de Alberto de Oliveira, então ministro na Suíça, *As Finanças Portuguesas e a S.D.N.* — a interrupção formal das negociações devia-se a ele próprio, com surpresa e até desapontamento do *comité* económico da organização internacional⁽⁸⁰⁾.

Da constatação destas três "falsidades", ou "seis" (não sabemos porquê), parte, pois, Salazar — como acima se disse — para a "falsidade" de todos os argumentos de Afonso Costa. São secas e incisivas as suas últimas palavras, mas bem significativas da sua estratégia demolidora de qualquer argumento da oposição: "Notou-se bem? Três afirmações; pelo menos seis falsidades. E em tudo o mais é assim" ⁽⁸¹⁾.

H Cf. *idem*, p. 11-13.

⁽⁸⁰⁾ Cf. *idem*, pp. 15-20.

⁽⁸¹⁾ *Idem*, p. 20.

5. Salazar e A Verdade, de Costa Brochado

Já se vê que a luta de Salazar, dos salazaristas e do Estado Novo pela sua "Verdade" não se resumia a esta nota oficiosa e a outras que, antes e depois, foram escritas e publicadas nos jornais. A tarefa da Propaganda foi mais completa e com uma estratégia mais variada.

Assim, cerca de dois anos antes de Salazar ter respondido a Afonso Costa com a citada nota oficiosa, *Duas escolas políticas*, António Ferro apresentara ao Presidente do Conselho algumas questões políticas com a finalidade de responder, de modo indirecto, à entrevista que Afonso Costa dera a Luís Teixeira e que fora publicada no *Diário de Notícias* de 26 de Novembro de 1932, respostas essas que constituem talvez a parte mais interessante da entrevista de Ferro ao mesmo jornal e que constituiria no *best seller* já citado, *Salazar. O homem e a sua obra*, o título II, "Na fronteira das ideias"⁽⁸²⁾. Depois Ferro, já director do SPN, entregou ao jornalista do Porto, Idalino Ferreira da Costa Brochado, que se tornaria um dos mais destacados "intelectuais orgânicos do regime"⁽⁸³⁾, a função de dirigir um jornal chamado *A Verdade*, auto-proclamado "o jornal de maior expansão em Portugal e no Ultramar", que era uma resposta, em primeiro lugar, ao periódico clandestino com o mesmo nome e ao "revirvalho" (termo utilizado no tempo para significar fundamentalmente a oposição republicana) e que se tornou — no dizer do director — um jornal doutrinário e de ataque ao comunismo e a todas as "heresias", mesmo aquelas que surgiam no âmbito dos partidários do Estado Novo⁽⁸⁴⁾.

O jornal saiu simbolicamente no dia 1 de Dezembro de 1933. No dizer de Costa Brochado foi intencionalmente que assim sucedeu: "Ora o dia 1.º de Dezembro, em Portugal, é um dia santo de guarda, porque nos relembra, como certas datas bíblicas, os exemplos a seguir e os perigos a evitar. Começámos, pois, a combater nesse dia simbó-

(82) Vide António Ferro, *ob. e ed. cit.*, "Notas de reportagem de uma reportagem", p. 236.

(83) Vide sobre Costa Brochado, João Tiago Caldeira e Sousa, *Costa Brochado, um intelectual orgânico do regime salazarista. Dissertação de Mestrado. Coimbra, Faculdade de Letras, 2001.*

(84) Vide Costa Brochado, *Salazar e "A Verdade"*, Porto, Livraria Educação Nacional, 1937, sobretudo pp. 16 ss. e 23 ss.

lico e pusemos ao serviço da Pátria todo o nosso entusiasmo, com sacrifício da própria vida"⁽⁸⁵⁾. E assim *A Verdade* prolongou a sua publicação até 1939.

Tratava-se, por conseguinte, "dum jornal intransigentemente defensor dos poderes constituídos, sem a menor preocupação de agradar à custa das transigências que caracterizam as folhas escritas ao sabor dos baixos apetites das multidões ignaras" ⁽⁸⁶⁾. As palavras são outra vez de Costa Brochado, para quem a "Verdade", naturalmente a verdade política embora próxima de uma "verdade religiosa", é afinal coincidente com Salazar. Ou seja, mais do que o Estado Novo, o qual corresponderia ao cruzamento de várias correntes de pensamento contra-revolucionário e revolucionário de direita, Brochado — que manteve várias polémicas ao longo da sua vida política — estava com Salazar. Vale a pena destacar a sua opinião:

"Sob o ponto de vista doutrinário, começámos lendo, como ainda lemos pela bíblia do Estado Novo que vem sendo o conjunto de todas as declarações publicamente feitas pelo sr. Doutor Salazar, único evangelista seguro no que toca à ortodoxia da doutrina, às suas interpretações, adaptações, corrigendas, etc.

Se nos fora fácil, apesar de tudo, a tarefa de combate ao *reviradlo*, esta de velar pela doutrina contra todas as heresias tornou-se-nos bem amarga e deixou-nos recordações penosas.

E que, para nós, ontem como hoje, no Estado Novo, só há uma verdade, um caminho e uma luz: Salazar!

E entre os disfarçados que vinham de fora, discutir o que é dogmático à face da própria razão, e os que, de dentro, se arrogavam o mesmo direito, não encontramos nós diferença alguma! Tudo era mal servir e comprometer a Revolução Nacional, cujos destinos se perderiam irremediavelmente, no dia em que Salazar deixasse de ser o seu guia vigilante e autorizado" ⁽⁸⁷⁾.

Por isso, e porque Salazar o terá solicitado, o ponto grande do jornal foi a publicação de duas entrevistas do "evangelista do Estado Novo", em 1935. Não as vamos seguir para mais uma vez nos defron-

⁽⁸⁵⁾*Ob. cit*, p. 12.

⁽⁸⁶⁾*Idem*, p. 20.

⁽⁸⁷⁾*Idem*, p. 24.

tarmos com a "Verdade" ou o "Evangelho segundo Salazar", para empregarmos uma expressão que Costa Brochado não enjeitaria. Todavia, não deixaremos de salientar que Salazar, nesta altura, apresenta, mais do que nunca, Hitler e Mussolini como exemplos, embora não deixasse de continuar a afirmar a sua "originalidade", não tanto pela lógica das estruturas de Poder, mas pelo desenvolvimento da Alemanha e da Itália em contraste com Portugal, país pobre de recursos económicos e sociais, o que o levava, a ele, Salazar, a ter um maior trabalho. Apenas destacaremos este passo que consideramos do maior interesse.

"Mussolini e Hitler, antes de mais nada, não trabalham como eu. Não fazem o que eu tenho de fazer. Governando dois países ricos, cheios de recursos vários, não lhes faltam 'elites' preparadas, de técnicos competentes, que lhes dispensam, por assim dizer, todo o trabalho que não seja de mera direcção. Eu tenho de me debruçar dia e noite, sem parar, sobre os assuntos mais diversos, executando, por vezes, o que nunca deveria preocupar-me" (88).

E, falando da organização em tempo próximo da "juventude académica" — referia-se à Mocidade Portuguesa, que, na verdade, foi criada em 1936 — e perante a dúvida do jornalista se essa organização não deveria abranger também "a juventude das fábricas, oficinas, etc.", como sucedeu na Itália e na Alemanha, pois não seria fácil distinguir "as necessidades duma ou doutra" em termos de formação nacionalista, Salazar responde: "Pois é; mas, lá, a Revolução principiou muitos anos antes de se instalar no poder. Aqui as coisas são muito diferentes" (89).

A "cidade do futuro" a que alude Salazar, falando da "geração de sacrifício" que então a preparava⁽⁹⁰⁾, passava, pois, nesse ano de 1935, em que se receava a ameaça comunista⁽⁹¹⁾, pelos modelos alemão e italiano, mesmo que discordasse deles em vários aspectos, sobretudo do primeiro.

(88) *Idem*, p. 68.

(89) *Idem*, p. 92.

(90) Cf. *idem*, pp. 95-96.

(91) *Vide a opinião verdadeiramente macabra que Salazar apresenta sobre o comunismo, sobretudo em matéria de assistência e acerca da mulher e da família, na obra cit., pp. 88-89.*

6. Esta é a verdade sobre Salazar, de Henrique Cabrita

Voltemos a Afonso Costa, apenas para percebermos como em 1935 continuava a ser alvo das mais veementes críticas por parte da propaganda salazarista ou dos seus publicistas, alguns deles convertidos à "nova ordem". E esse o caso de Henrique Cabrita, que frequentara Direito⁽⁹²⁾ e que nesse ano publicava, pela Editorial Império, tendo na capa a fotografia de Salazar, o pequeno livro *Esta é a verdade sobre Salazar*, o qual teve pelo menos duas edições⁽⁹³⁾.

A obra é, pois, sintomaticamente, uma afirmação de conversão à "Verdade de Salazar". Cabrita, logo no Prefácio, afirma:

"Este livro é um depoimento sincero. Não foi o ódio que o ditou, porque é sentimento que felizmente não conheço, — foi o amor intransigente da verdade e do bem da minha Pátria que me decidiu a escrevê-lo. E tanto mais sincero quanto é certo que ingressei nas fileiras combativas, quase sempre na primeira linha, do Estado Novo Corporativo após revisão séria e detida da minha formação mental e ideológica, do exame minucioso e desapassionado dos factos, do estudo consciente dos problemas políticos, sociais, económicos e financeiros, nacionais e estrangeiros, das suas soluções possíveis e, dentro destas, da sua menor ou maior conformidade com o Cristianismo, critério que julgo o melhor na classificação e escolha livre dos sistemas político-sociais.

*Em tempos vivi também no erro — não fui **integralmente** da Situação. E digo **integralmente** porque, valha a verdade, também **nunca fui** totalmente contra.*

[...]

*Contudo não era **integralmente** da Ditadura Nacional; na verdade, estive mesmo do lado contrário, sem rancor, com espírito de concórdia, com*

(92) A obra é dedicada "Ao meu querido Mestre Prof. Doutor Manuel Rodrigues". Manuel Rodrigues Júnior foi professor da Faculdade de Direito em Coimbra. Colega de Salazar, acompanhou-o, logo em 1926, quando ambos, e também Mendes dos Remédios, da Faculdade de Letras, foram chamados ao governo. Só Manuel Rodrigues ali permaneceu, não mais abandonando Lisboa, pelo que se transferiu para a Faculdade de Direito da capital, em 27 de Janeiro de 1928. Vide sobre Manuel Rodrigues *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 169*, e o trabalho escolar de Rui Pedro Moreira Lopes, *Manuel Rodrigues Júnior: o homem e a sua obra, Coimbra, Faculdade de Letras, 2001-2002*.

(93) *Esta é a verdade sobre Salazar, Lisboa, Editorial Império, 1935.*

admiração sincera pelos grandes valores da Situação, e sempre na defesa intransigente da Patria contra os seus mans servidores, de quaisquer partidos ou sectores que fossem.

Qual o motivo porque estive nesta posição?

*Procurava indagar para **onde íamos**, porque na frase de Coolidge 'o mais importante não é saber onde estamos, mas para onde vamos'.*

E desde que o Prof. Oliveira Salazar apareceu, graças a Deus, como Chefe político Nacional, da única política que pode salvar Portugal, QUE O SALVOU JÁ, defendi a Ditadura Militar e ingressei na U. N. sincera, desinteressada e integralmente, ouvindo sempre com respeito as palavras patrióticas, claras e amigas do meu querido professor Doutor Manuel Rodrigues⁽⁹⁴⁾.

*De resto nunca estive filiado em nenhum partido, monárquico ou republicano. E se num momento não fui absolutamente da situação, se laborei num erro perigoso e hoje convertido com fé à verdade sou um. combatente tenaz e **sempre presente** do Estado Novo, creio que este acto de contrição e de conversão, sincero, insofismável e inequívoco, vem dar ao estudo publicado o carácter de um trabalho consciencioso, objectivo e científico. Que ele seja um contributo, humilde embora, para a sólida fundação e gloriosa vitória do Estado Novo Corporativo, INTRANSIGENTEMENTE PORTUGUÊS E ESSENCIALMENTE CRISTÃO"⁽⁹⁵⁾.*

Este texto longo — que transcrevemos propositadamente —, quanto ao seu conteúdo, na ênfase dada ao erro, à contrição e à conversão política do autor, e à sua forma, inclusivamente na mudança de tipo gráfico (normalmente em itálico, usa por vezes caracteres normais e maiúsculas, mesmo palavras e frases escritas integralmente em maiúsculas), é prova do sentido de mística nacional que se pretendeu conferir à "Verdade de Salazar". Por isso, Henrique Cabrita, após esta confissão, ao abordar a entrevista de Afonso Costa a José Jobim, considera que o livro antes deveria intitular-se "As mentiras sobre Salazar" :

"É fácil observar as contradições, os erros, os atropelos da verdade, os jogos malabares de números falsos e de combinações demagógicas, enfim a maldade e a má fé que se revelam constantemente nas entrevistas do dr. Afonso Costa, corifeu da 'escola antiga'.

Basta abrir o livro 'A verdade sobre Salazar'... que quer dizer 'As mentiras sobre Salazar', está claro, para se ter a certeza disto.

⁽⁹⁴⁾ Vide, *supra*, nota 92.

⁽⁹⁵⁾ Ob. cit., pp. 9-11.

O que nele se contém é apenas falsidade. Nos pontos analisados como nos outros. 'Em tudo o mais é assim⁷, muito bem o disse com absoluta verdade o Prof. Oliveira Salazar, na esplêndida e patriótica nota oficiosa de 17 de Julho de 1934"^(%).

Desta forma, Henrique Cabrita inicia o seu ataque a Afonso Costa com uma diatribe de insultos contra o político democrático, onde sobressaem os argumentos da referida nota oficiosa e as próprias caracterizações que se encontram na entrevista de José Jobim, a que já aludimos, onde se destaca, em particular, a tal afirmação de "um emigrado político em Paris" (que, sintomaticamente, não diz tratar-se de "um anarquista") que afirmava ao jornalista brasileiro tratar-se de "um homem sinistro" ⁽⁹⁷⁾.

No mais e antes de entrar numa análise técnica das finanças, para provar a "grande falsidade" de Afonso Costa relativamente a esse problema, que na verdade constitui a grande obsessão da sua entrevista, Cabrita afirma que "o antigo chefe da trágica Carbonária", vivendo em Paris há muito tempo, nada conhecia de Portugal e da sua regeneração e progresso. Em conclusão, à "Verdade de Salazar", à verdade "a bem da Nação" que garante pretender expor no seu livro⁽⁹⁸⁾, opõe o que considera a "mentira", a "ignorância" e o "ódio" expresso por Afonso Costa:

"O ódio mal contido salpica sempre qualquer dos assuntos tratados. O desconhecimento da realidade e a desactualização da ciência campeiam, sem excepção, em todos os campos focados pelo dr. Afonso Costa. No campo político prepondera o ódio, a aversão; no financeiro a ignorância da verdade e a ciência desactualizada; no económico-monetário as duas juntas também; no religioso o espírito de perseguição, de seita, o rancor; e assim por diante"^(").

Claro que nem uma palavra se pronuncia sobre o tema de fundo que constituía o principal argumento dos republicanos, e assim também de Afonso Costa, ou seja, a legitimidade ou ilegitimidade de um Estado autoritário *versus* uma democracia liberal.

^(%) *idem*, p. 14.

⁽⁹⁷⁾ Cf. *ob. cit.*, p. 14 ss.

⁽⁹⁸⁾ *Idem*, p. 20.

^(") *Idem*, p. 19.

7. A verdade sobre Afonso Costa, de Alberto Guimarães

Também nesse ano de 1935 é publicado, em "edição do autor", mas impresso na tipografia Empresa Nacional de Publicidade, do *Diário de Notícias*, que editou o livro de Ferro, a obra de Alberto Guimarães intitulada *A verdade sobre Afonso Costa*^(10º), que é nitidamente uma resposta virulenta — decerto comandada oficialmente⁽¹⁰¹⁾ — ao juízo formulado pelo político republicano em relação a Salazar.

As críticas a Afonso Costa estendem-se ao longo de cerca de 250 páginas em que se pretende mostrar todos os seus "defeitos", os quais se sintetizam num só: longe de ser um idealista da República, como fora por exemplo António José de Almeida, ele era acima de tudo um *bon vivant*, oportunista, que aproveitava todas as situações profissionais ou políticas, como advogado ou como ministro, para subir na vida, ganhar dinheiro e espalhar a sua ideologia anticlerical, anti-religiosa e atea. Tirada essa conclusão, não importa analisarmos esta "verdade" que afinal já Salazar apresentava, embora de uma forma genérica, subtil e elegante, ou seja, numa palavra, de uma forma "política". Porém, embora não queiramos percorrer essas páginas de fel sobre o líder do partido democrático, não deixaremos de apresentar uma simples amostragem. Preso em 29 de Janeiro de 1908, nas vésperas do regicídio, quando propagandeava inflamadamente a revolução republicana, essa situação é assim descrita pelo autor:

"No entanto, quem, mesmo nesse tempo de inflamada propaganda, o analisasse a frio, havia de descobrir no seu temperamento a preocupação das atitudes pessoais vistosas, que entram em grande parte na formação psicológica do tirano, o gosto do mando, arvorando-se em *leader* do Partido Republicano no Parlamento, e a obcecação da mesa farta que ele, por seu punho, confessava no diário íntimo da sua vida na cadeia, quando a 29 de Janeiro de 1908 — vésperas do regicídio — o prenderam, diário que O *Mundo* publicou dois dias depois de o restituírem à liberdade, a 8 de Fevereiro do mesmo ano. Telo dedo se conhece o gigante' — pela obcecação das iguarias, bem quentes, a tempo e horas, preocupação espontaneamente registada por

(10º) *A verdade sobre Afonso Costa*, Lisboa, Edição do Autor, 1935.

(101) Note-se que no penúltimo capítulo, cap. IX, "Afonso Costa desmascarado por Salazar...", é incluída a referida nota oficiosa *Duas escolas políticas*.

ele, dia a dia, nessas impressões íntimas se adivinha o devorista, que já exercitava as mandíbulas para mastigar os bens do País no orgíaco regabofe que foi desde 1910 até 1926, data em que a espada de Gomes da Costa lhe quebrou a imensa queixada devoradora.

Preso a 29 de Janeiro, o futuro animador do negocio da Furness⁽¹⁰²⁾, solta os primeiros queixumes, pois 'habitudo, desde criança, a dormir e comer bem... empreendeu, desde logo, os seus esforços no sentido de mudar, senão de quarto, ao menos de cama, e em todo o caso de comida../'.

E logo no dia seguinte, 30 de Janeiro, a sua folha de memórias publicada no *Mundo*, regista este facto, que traduz a óptima satisfação de quem as escrevia, num momento em que é levado a ser sincero pela falta de comunicabilidade e pelo muito que mesmo os mais ligeiros de espírito são forçados a mergulhar em seus recônditos sentimentos e pela ânsia irreprímível de transmitir ao papel as emoções mais recatadas:

'Hoje o meu almoço já veio do Tavares. Um bom linguado frito, um óptimo bife de vitela, batatas em palha, Colares, queijo da Serra, uma maçã, uma tangerina e uma banana'.

No dia imediato, 31 de Janeiro, não se lembrou sequer que, anos antes, haviam caído na célebre revolta do Porto alguns dos que cimentaram com sangue o seu poderio futuro. De mistura com os cuidados que lhe inspirava a família, lê-se esta confissão de *gourmet*, feita nas bochechas do operário que, mal ganhando para sardinhas, o aclamava ébrio de alegria nos comícios:

'Eu próprio não me poupo, por enquanto, a despesas fortes! Ainda agora acabo de comer um almoço esplêndido, que me veio do Tavares por preço elevado, mas que encontra plena compensação no facto de me saber bem'"⁽¹⁰³⁾.

Este "diário da prisão" de Afonso Costa⁽¹⁰⁴⁾, que - pode dizer-se - é fielmente transcrito nos passos que dele apresenta Alberto Guimarães, tem, no entanto, de ser lido no seu conjunto, para

⁽¹⁰²⁾ Trata-se — expliquemos de forma genérica — de um contrato firmado com a companhia inglesa Furness Witty & C- de entrega de uns navios portugueses durante a guerra, que o autor considera uma fraude de que era autor Afonso Costa (cf. *ob. cit.*, p. 154 ss.)

⁽¹⁰³⁾ *Ob. cit.*, pp. 12-14.

⁽¹⁰⁴⁾ cf "Ouvindo os conjurados. As suas impressões do carcere. Fala o Dr. Afonso Costa num calabouço do Cabeço da Bola", O *Mundo*, 8 de Fevereiro de 1908.

compreender o seu verdadeiro sentido. É verdade que Afonso Costa manifesta nele, ironicamente, um hedonismo burguês, que, de resto, sempre reconheceu. Todavia, é conveniente notar-se também que a prioritária "luta pelo conforto" na prisão, a qual entendeu - por razões de saúde psíquica - dever ser o seu combate do momento, também foi entremeado por reflexões sobre a situação de injustiça de que foi vítima devido às prerrogativas que gozava como deputado, sobre o estado degradante das prisões (em oposição à velha luta de Beccaria), sobre a liberdade e o sofrimento pela liberdade ou mesmo sobre as preocupações que deviam sentir os seus familiares por se encontrar preso.

Enfim, já se adivinha o tom das críticas feitas a Afonso Costa através deste passo que transcrevemos. Ficamos por aqui sobre as "verdades" acerca do político republicano e sobre as "verdades" ou a "Verdade" de Salazar e dos salazaristas...

8. A concluir: duas "verdades", dois poderes e dois regimes

Apenas colhemos imagens de discursos políticos nestes anos iniciais do Estado Novo, imagens produzidas por republicanos, nomeadamente pela figura carismática e polémica de Afonso Costa, e imagens produzidas por salazaristas, em especial pela própria figura mítica e mística de Salazar. Jogo de "verdades" e de "falsidades", jogo de espelhos...

Acima de tudo, o certo é que estamos perante dois discursos que, simultaneamente, se tocam, se separam e que colidem estrondosamente. Mas, independentemente dessas "verdades" e dessas "falsidades", estamos perante dois mundos, um que estava a findar e outro que estava a iniciar um ciclo de poder de mais de quarenta anos. Em 1966, quase no fim desse ciclo, como vimos, as "verdades" de Salazar estavam a ser postas em causa: ele próprio compreende as dúvidas dos seus apoiantes, mas mantém as suas "certezas" e as suas "verdades". Talvez por isso, ou também por isso, o regime de Salazar ultrapassou largamente o tempo de vida de qualquer Estado autoritário da época, de qualquer Estado "fascista". Quanto ao Estado preconizado por Afonso Costa, o Estado demoliberal ou "burguês", com certas correções ao que primeiro defendera e alguma abertura às

concepções socialistas, se reaparece com força depois da guerra, assim como sucede com as Nações Unidas, renovação da ideia da SDN, onde ocupara um lugar de destaque, também se reafirma o sistema soviético, que ele recusava, assim como Salazar, acima de tudo, receava e temia. Mas, em Portugal, só depois da morte do Estado iniciado por Salazar se pôde refazer o regime democrático, com todas as variações e contradições que a história tem assinalado. Contudo, o Portugal colonial, que era defendido por Salazar e por Costa, cada um a seu modo, esse ruiu com o regime que aquele fundara.